V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

O Construtivismo e Suas Versões no Estudo das Relações Internacionais.

Barbosa Gabriela.

Cita: Barbosa Gabriela (2010). O Construtivismo e Suas Versões no Estudo das Relações Internacionais. *V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: **http://www.aacademica.org/000-036/340**

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: http://www.aacademica.org*.

V CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIANCIA POLITICA

O CONSTRUTIVISMO E SUAS VERSÕES NO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gabriela Gonçalves Barbosa[1]

1. INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais enquanto campo de conhecimento autônomo se desenvolveu no início do século XX, mais especificamente após a Primeira Guerra Mundial, resultando não de um processo natural de desenvolvimento teórico, mas principalmente do impacto físico e emotivo causado pelo grande conflito. Buscava-se explicar e compreender o que de fato havia ocorrido, o que levou ao conflito, que sinais não haviam sido compreendidos, e, principalmente, o que deveria ser feito para que algo semelhante fosse evitado.

Os anos pós-conflito (e anteriores a Segunda Grande Guerra, denominados por Edward Carr [2001] como "vinte anos de crise") foram marcados por incisivos debates mais caracteristicamente políticos, entre uma perspectiva idealista (utópica, com foco no direito internacional, na organização internacional, interdependência, cooperação e paz) e uma resposta realista (mais centrada na política de poder, segurança e conflito).

Estas discussões ficaram conhecidas como "primeiro grande debate" das Relações Internacionais, tendo Nogueira e Messari (2005, p. 4) definido o primeiro debate como ontológico, sobre uma disciplina recém criada, em que as partes eram o *dever ser* dos idealistas e o *ser* dos realistas, onde o primeiro grupo queria estudar o mundo para torná-lo mais pacífico, enquanto o segundo grupo queria estudar os meios à disposição dos Estados para que pudessem garantir sua sobrevivência.

Concentrou-se discutir sobre até que ponto a conduta política e a condição anárquica da política internacional poderiam ser transformadas em uma ordem mundial fundada em padrões de cooperação e na interdependência global (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003, p. 82).

---

[1] Mestranda em Relações Internacionais – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Brasil.

Os fatos acabaram por dar força ao argumento dos realistas e o início da Segunda Guerra Mundial corroborou a tese de que os Estados deveriam buscar meios de garantir sua segurança (e a própria existência) no Sistema Internacional, já que a anarquia impelia os Estados a, cedo ou tarde, se envolverem em conflitos e assim, percebe-se a perspectiva realista como a que saiu do debate como "vitoriosa".

O período que marcou o fim da Segunda Guerra Mundial, além de reforçar o realismo enquanto abordagem principal na análise de Relações Internacional, abriu espaço para um debate diferente do anterior, de caráter metodológico, onde o centro da discussão não era sobre o que estudar, mas sobre a maneira/meios de se estudar os fenômenos internacionais, estando de um lado a abordagem "clássica" ou "tradicional" e o behaviorismo de outro.

Segundo Jackson e Sorensen (2007, p. 75), a disciplina acadêmica de Relações Internacionais cresceu rapidamente, em particular nos Estados Unidos, onde as agências do governo e as fundações privadas estavam dispostas a apoiar a pesquisa "científica" de Relações Internacionais, produzindo uma nova geração de acadêmicos que adotaram uma conduta metodológica rigorosa. Por esta perspectiva, seria possível haver uma ciência de Relações Internacionais cumulativa, parcimoniosa, precisa, sofisticada, com poderes explicativos e de previsão maiores, com a visão de que as ciências sociais poderiam aplicar os mesmos métodos analíticos das ciências naturais (JACKSON E SORENSEN, 2007, p. 310). O que ficou conhecido como "revolução behaviorista" (não específico das Relações Internacionais, mas das ciências sociais em geral), não era uma teoria, mas um esforço de transformar o estudo dos fenômenos internacionais "cientificamente".

Em resposta a esta maneira cientificamente rígida e objetiva de lidar com os fenômenos internacionais, resgatou-se e desenvolveu-se a abordagem tradicional (ou clássica), que rejeita a visão de que pode haver uma análise científica definitivamente válida ou correta de política internacional, sendo a pesquisa acadêmica um produto da experiência, do observar, do ler, refletir sobre relações internacionais, análise cuidadosa de um assunto por meio da observação ponderada e crítica da política, levando em consideração a teoria política, aspectos históricos, filosóficos, legais e morais.

O debate entre tradicionalismo e behaviorismo (cientificismo), reconhecido como o "segundo grande debate" das Relações Internacionais, muitas vezes

simplificado pelos manuais, teve grande importância para o desenvolvimento e processo de afirmação da autonomia da disciplina, e teve grande duração e impacto[2].

No decorrer da Guerra Fria alguns desafios colocaram a teoria realista à prova: o desenvolvimento da dinâmica internacional criou algumas novas questões que necessitavam de atenção. O processo de descolonização possibilitou o surgimento de vários novos países independentes (além de outros novos atores como as Organizações Internacionais, por exemplo) com agenda política diversa dos países predominantes (Estados Unidos e União Soviética). Temas como comércio e desenvolvimento começavam a ganhar espaço onde antes predominavam questões de segurança. O realismo foi assim revisto (principalmente com Kenneth Waltz) e verificou-se o desenvolvimento (incorporando aspectos metodológicos positivistas) mais acentuado da teoria neo-realista e da teoria neo-institucionalista liberal[3], que acabaram se envolvendo no que se convencionou chamar de "debate neo-neo"(que perdurou por cerca de duas décadas), configurando-se como as teorias principais (*mainstream*) neste período.

Estas duas teorias, segundo suas principais críticas[4] (como o Pós-Modernismo, a Teoria Crítica, o Pós-Colonialismo e a Teoria Normativa) não conseguiam lidar com temas diversos, como identidade, cultura, ética etc. Yosef Lapid (1989) falava da existência, então, de um *terceiro debate* das Relações Internacionais, que chamou de debate entre positivistas e pós-positivista.

No final da década de 1980 desenvolveu-se (no âmbito das Relações Internacionais) o Construtivismo, uma contribuição que acabou sendo reconhecida como importante no decorrer da década de 1990. O seu desenvolvimento (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 163) ocorreu em meio a um debate intenso nas ciências sociais em geral sobre o lugar das idéias e dos valores na análise dos eventos sociais. Nas Relações Internacionais, principalmente a versão desenvolvida por Alexander Wendt em seu livro de 1999, *Social Theory of International Politics*, tornou-se parte do debate da disciplina.

A verdade é que quando nos referimos a uma "abordagem construtivista" das Relações Internacionais temos que ter em mente que esta expressão engloba várias

---

[2] O positivismo é um legado do behaviorismo (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 321), e emprega a maior parcela das suposições e posições behavioristas, embora geralmente de uma forma mais complexa (JACKSON E SORENSEN, 2007, 321).

[3] Ambos, de acordo com Keohane (1988), eram racionalistas. Lapid (1989) adotou uma outra nomenclatura, preferindo chama-los de "positivistas".

[4] Keohane (1988) os classificava como "reflexivistas", enquanto Lapid (1989) utilizava o termo "pós-positivista".

visões diferentes, seja em enfoque, seja metodologicamente. É aqui onde iniciamos nosso estudo. Vários autores já dedicaram esforços na tentativa de tentar sistematizar as diversas versões do construtivismo, com maneiras bem próprias de considerar seu objeto de análise. Neste estudo, busca-se fazer uma breve análise das versões do construtivismo a partir da categorização de autores como Emmanuel Adler (a partir de seu texto *O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais*, de 1999); as versões do construtivismo na visão de John Gerard Ruggie (em *What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge,* de 1988); e finalmente as versões definidas por Peter Katzenstein, Robert Keohane e Stephen Krasner, em conjunto, no texto *International Organization and the Study of World Politics*, de 1998).

2 CONSTRUTIVISMO

Embora o termo 'construtivismo' tenha sido introduzido na disciplina por Nicholas Onuf (*World of our Making*, 1989), foi popularizado graças ao artigo *Anarchy is What States Make of It*, de Alexander Wendt, publicado em 1992 (ZEHFUSS, 2001). Mais tarde, Wendt publicou o livro *Social Theory of International Politics* (1999), considerado, por muitos, como um dos principais trabalhos da disciplina de Relações Internacionais.

Premissa básica da abordagem construtivista[5] é que vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, que é produto das nossas escolhas. Este mundo em permanente construção é constituído pelo que os construtivistas chamam de "agentes"[6]. O mundo, por esta perspectiva, é socialmente construído (NOGUEIRA E MESSARI, p. 162). Tudo aquilo que é inerente ao mundo

[5] Knudo Erik Jorgensen afirma que o construtivismo é mais uma metateoria do que propriamente uma teoria. Segundo ele, os construtivistas não têm se envolvido em desenvolver uma teoria das relações internacionais, mesmo que, no nível metateórico, sua contribuição tenha sido expressiva. Assim, Jorgensen afirma que o construtivismo pode ser considerado uma metateoria na medida em que contribuiu para lançar o chamado debate pós-positivista, na medida em que trouxe às RI conceitos importantes de teoria social e na medida em que questionou o próprio conceito de teoria e teorização das RI. Jorgensen afirma, por outro lado, que o construtivismo pode ser entendido como uma filosofia (NOGUEIRA E MESSARI, p. 165-166). Como neste trabalho o objetivo não é discutir se o construtivismo vem a ser uma teoria ou metateoria das relações internacionais, me limitarei a considerar o construtivismo enquanto 'abordagem' das Relações Internacionais.

[6] Ao chamar de "agentes" internacionais, os construtivistas que assim se referem àqueles que agem internacionalmente, contrapõem ao sentido de "atores", que estariam limitados à desempenhar papéis pré-determinados.

social dos indivíduos é elaborado por eles mesmos: o fato dos homens o construírem este mundo, o torna compreensível.

Para Finnemore e Sikkink (2001, p. 392), na abordagem construtivista de Relações Internacionais: (a) as relações humanas, inclusive as relações internacionais, consistem essencialmente de pensamentos e idéias e não de forças ou condições materiais; (b) as crenças intersubjetivas (idéias, concepções, suposições, etc.) comuns entre as pessoas constituem o elemento ideológico central enfocado pelos construtivistas; (c) essas crenças comuns compõem e expressam os interesses e as identidades das pessoas: como o modo que se concebem as suas relações; (d) os construtivistas ressaltam os meios nos quais essas relações são formadas e expressas (por exemplo, por intermédio de instituições sociais coletivas, como a soberania estatal, "que não apresenta uma realidade material; mas existe apenas porque as pessoas acreditam, em geral, na sua existência, e agem de forma correspondente").

O mundo social é um domínio intersubjetivo, isto é: possui significado para as pessoas que o organizam e vivem nele (JACKSON e SORENSEN, 2007, p.342).

A abordagem construtivista surgiu como uma pretensa alternativa ao debate positivismo *versus* pós-positivismo, onde escolas identificadas como racionais, de um lado, enfatizam a importância de estruturas normativas e materiais na formação das preferências dos atores políticos e na relação entre agentes e estruturas, ao mesmo tempo em que buscam não se alinhar com, de um outro lado, as alternativas mais desconfiadas da possibilidade de chegar a algo próximo ao estudo científico das Relações Internacionais.

É neste sentido que esta vertente é apresentada, pelo próprio Wendt (1999, p. 4), onde o construtivismo seria apresentado como um "meio termo" (ou "via média"), isto é, uma versão 'moderada' de construtivismo que pretende distanciar-se, por um lado, de formas mais radicais de idealismo (que argumentam que apenas as idéias importam), e, por outro, de versões puramente materialistas (que explicam a realidade apenas em função de fatores materiais).

Emanuel Adler (1999, p. 203-207) reforça o argumento do construtivismo como um "meio termo" entre o racionalismo e o pós-estruturalismo, uma tentativa, mesmo que tímida, de construção de uma ponte entre as intensamente separadas filosofias da ciência social positivista/materialista e idealista/interpretativista. Afirma ainda, na mesma linha de raciocínio, que o construtivismo não é anti-liberal ou anti-realista por convicção; não é otimista ou pessimista por vocação, apresentando, consequentemente,

a primeira oportunidade real de criação de uma teoria sintética das Relações Internacionais desde seus fundamentos.

Embora aceitem a noção de que há um mundo real, acreditam, no entanto, que ele não é inteiramente determinado pela realidade física e é socialmente emergente. Mais importante, acreditam que as identidades, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo (ADLER, 1999, p. 208-209).

No entanto, concluir que o construtivismo é uma via média entre realismo e liberalismo, por um lado, e algumas posições pós-positivistas de outro, pode ser uma conclusão precipitada demais, devido à diversidade dentro do próprio construtivismo (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 185).

O construtivismo não é uma corrente homogênea, pelo contrário: podem-se identificar várias versões desse modelo de raciocínio (ainda que de maneira geral, haja a concordância de que o sistema político internacional pode ser construído, desconstruído, reconstruído ou modificado pelas práticas dos atores, de várias formas).

Daí a concluir que o construtivismo é uma via média – um meio termo – entre o liberalismo e o realismo, por um lado, e algumas contribuições pós-positivistas, por outro lado, pode ser uma conclusão precipitada demais, e que muitos construtivistas não aceitam (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 185).

É difícil, portanto, falar de um construtivismo só. Zehfuss (2001, p. 54) chama atenção para o fato de que ao falarmos em "construtivismo", nas Relações Internacionais, como um conceito homogêneo, escondemos a variedade de enfoques que cabem nele.

Existem, de acordo com Nogueira e Messari (2005, p. 184), vários construtivismos, desde o mais declaradamente positivista até o pós-moderno: de Wendt a Zehfuss, de Adler a Kratochwil, passando por Ruggie, Onuf e Fierke, todos são construtivistas, mas todos exibem relações diferentes com as práticas discursivas, a ciência e o conhecimento. O que não significa que existam tantos construtivismos quanto há autores construtivistas, mas variadas tentativas de categorização do construtivismo: Adler classifica as variações do construtivismo como *modernista*, *pós-modernista*, de *conhecimento narrativo* e a *versão baseada em regras*; Ruggie, por outro lado, utiliza uma classificação diferente, identificando as vertentes *neoclássica*, *pós-moderna* e *naturalista*; Katzenstein, Keohane e Krasner apresentam como subdivisões as versões *convencional*, *crítica* e *pós-moderna* (SMITH, 2001).

Essas subdivisões poderiam ser vistas como grandes grupos dentro da abordagem construtivista, onde seriam inseridos diversos autores que se autodenominam (ou são denominados como) construtivistas. Essa tentativa de identificar as várias versões do construtivismo por parte de alguns analistas da disciplina será o objeto do próximo tópico.

3 TENTATIVAS DE CATEGORIZAÇÃO DO CONSTRUTIVISMO

Como exposto anteriormente, nesta breve análise nos deteremos aos esforços de Adler, Ruggie e Katzenstein, Keohane e Krasner para sistematizar diferentes facetas da abordagem construtivista das Relações Internacionais.

Não se pretende, no entanto, esgotar o assunto nem defender a idéia que apenas estes autores perceberam as divergências (ou diferenças) dentro da abordagem construtivista e que buscaram, de alguma maneira, classificar suas variáveis.

Percebe-se, então, que este estudo pode ser ampliado, oferecendo visões de outros autores sobre versões diversas do construtivismo, ou ainda uma análise mais extensa de cada um dos autores mais amplamente reconhecidos enquanto representantes desta abordagem teórica.

Versões do Construtivismo na Visão de Emanuel Adler

Emanuel Adler (1999, p. 222), ao analisar o construtivismo em relação a outras abordagens teóricas das Relações Internacionais, defende que o construtivismo pode fazer *mais*, e não menos, que outras abordagens científicas na explicação das Relações Internacionais, porque, além de se fiar em meios lógico-dedutivos de conhecimento e verificação, ele *também* evoca uma variedade de métodos interpretativos, tal como narrativas (Tickner, 1992) e "histórias" densamente descritas de processos sócio-cognitivos de descobrir significado do coletivo, identidades dos atores e a *substância* dos interesses políticos. Esta variedade de interpretações dentro do construtivismo poderia ser considerado, então, uma das "virtudes" desta abordagem.

O autor se mostra ciente, porém, que nem todos os que se auto-intitulam construtivistas concordariam com o retrato modernista do construtivismo; a paisagem construtivista é muito mais variada do que parece. A diversidade e perspectiva interna ao construtivismo reflete discordâncias sobre a extensão na qual as estruturas e os agentes são mais importantes e sobre que o discurso deve ter precedência sobre fatos materiais. Ademais, é por vezes difícil distinguir construtivistas de pós-modernos (1999, p. 222).

Adler claramente informa que a sua maneira de classificar as diferentes versões do construtivismo aproveita a visão de Cecelia Lynch e Audie Klotz. Desta forma, para esclarecer as diferenças internas ao campo construtivista, o autor defende que podemos pensar o construtivismo como dividido em quatro diferentes grupos, demarcados principalmente por divergências metodológicas (1999, p. 222-223):

a) Estudiosos do primeiro campo, os "**modernistas**", acreditam que, uma vez evitado o extremismo ontológico, não há razão para se excluir o uso de métodos padronizados ao lado de interpretativos (o autor além de se colocar neste grupo, cita Barnett, Cederman, Finnemore, Katzenstein, Klotz, Risse-Kappen). No interior do grupo modernista, podemos também distinguir os construtivistas estado-cêntricos (Wendt) daqueles que tomam os atores principais das relações internacionais, tais como nações e grupos étnicos, como características emergentes mais do que categorias reificadas (Cederman e Weaver).

b) Um segundo grupo de construtivistas, representados proeminentemente por Onuf e Kratochwil, utilizam *insights* da lei e da jurisprudência internacional para mostrar o impacto das relações internacionais nos modos de raciocínio e persuasão e no comportamento **guiado por regras**. Essa perspectiva muda "explicitamente o foco para uma epistemologia não-positivista, enfatizando o ponto de que 'mudanças históricas de longo curso não podem ser explicadas em termos de um ou mesmo de vários fatores causais, mas através de análises de conjunturas'" (Lynch e Klotz, 1996, p. 6).

c) Um terceiro grupo enfatiza o **conhecimento narrativo.** É dada uma atenção particular às narrativas baseadas em gênero (Tickner, 1992), ações de agentes tais como movimentos sociais e o desenvolvimento dos interesses de segurança (Ruggie, 1995; Weaver, 1995).

d) Finalmente, estudiosos do quarto campo não se furtam a técnicas desenvolvidas pelos **pós-modernos**. Alguns construtivistas utilizam o método genealógico de Foucault (Price, 1995); outros se engajaram na "desconstrução da soberania" (Biersteker e Weber, 1996), por meio de uma história detalhada da deslegitimação de políticas não-ocidentais por Estados ocidentais. Nesse sentido, a desconstrução era apenas um preâmbulo para a "reconstrução da soberania", "em face das oportunidades imambíguas para o colonialismo imperial" (Strang, 1996, p. 36-7).

Versões do Construtivismo na Visão de John G. Ruggie

John Gerard Ruggie, em *What Makes theWorld Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge* (1998), ao analisar alguns aspectos do construtivismo, divide esta abordagem em três variantes (1998, p. 881-882): o construtivismo neo-clássico (sendo citado como exemplo Katzenstein), o pós-moderno (Ashley) e naturalista (Wendt).

Ao comparar sua visão a respeito do construtivismo com a proposta classificatória de Emanuel Adler, Ruggie considera sua classificação como mais "filosófica". Enquanto a classificação de Adler é marcada por um forte viés metodológico, resultando em quatro perspectivas diversas, Ruggie dedica atenção às "raízes", ou seja, diferenças que podem ser percebidas antes mesmo de uma análise metodológica, que são intrínsecas às visões dos autores.

Segundo Ruggie (1998, p. 881-882), qualquer distinção, em última análise é arbitrária, inclusive quando se analisa o construtivismo. Há variantes sociológicos, feministas, abordagens jurisprudenciais e abordagens genealógicas, um construtivismo emancipatório e um tipo mais estritamente interpretativo. O que importa, então, para os propósitos de seu artigo, são suas bases filosóficas e como eles se referem à possibilidade da construção de uma ciência social. É neste sentido que Ruggie defende a existência de três, e não quatro, como classificou Adler, variantes do construtivismo, como citado acima.

Ruggie propõe chamar a primeira vertente de um **construtivismo neo-clássico**, para indicar que ela tem suas raízes na tradição clássica.

Os meios analíticos pelos quais esta versão é baseada diferem entre os autores que trabalham nesta vertente, mas tipicamente inclui uma afinidade epistemológica com o pragmatismo; um conjunto de ferramentas analíticas são necessárias para que os

significados subjetivos façam sentido, seja teoria do ato da fala, a teoria da ação comunicativa, suas generalizações no trabalho de Searle, ou epistemologia evolutiva, e um compromisso para com a ideia de ciência social – uma ainda mais plural e mais social que a exposta nas teorias centrais (*mainstream*), embora reconheça que suas descobertas serão temporárias e instáveis (1998, p. 881).

Ruggie se inclui nesta categoria – e classifica como neo-clássico também os trabalhos de Ernst e Peter Haas, Kratochwil, Onuf, Emanuel Adler, Finnemore, Katzenstein, assim como alguns acadêmicos da abordagem feminista, como Jean Elshtain[7].

Uma segunda variante poderia ser conceituada como **construtivismo pós-moderno**. Aqui, as raízes intelectuais retornariam à Nietzsche, e para qualquer atualização retomariam os apontamentos de Foucault e Derrida, marcando uma decisiva ruptura epistêmica com os preceitos e práticas do modernismo. Richard Ashley, segundo Ruggie (1998, p. 881) foi quem primeiro chamou atenção para esta versão do construtivismo.

Outros autores que contribuíram, ainda de acordo com Ruggie, foram Campbell, Der Derian, R. B. J. Walker e feministas como Spike Peterson. Aqui, a construção linguística dos assuntos é identificada como um resultado de práticas discursivas que constituem os primados ontológicos, ou as unidades fundamentais da realidade e análise.

Pouca esperança, desta forma, é depositada para a possibilidade de construção de uma ciência social legítima. Em seu lugar, um "discurso hegemônico" é visto meio para impor um "regime da verdade", instituído através de forças disciplinantes em todos os sentidos do termo.

Uma terceira variante construtivista, a variante **naturalista**, estaria localizada no *continuum* entre os dois tipos anteriores, combinando aspectos de ambos: como as variantes neo-clássicas, também compartilha alguns aspectos com as teorias centrais, mas é fundamentada na doutrina filosófica do realismo científico, particularmente no trabalho de Roy Bhaskar. Os trabalhos de Alexander Wendt e David Dessler exemplificam esta terceira vertente. O realismo científico, de acordo com Wendt, oferece a possibilidade de uma ciência social naturalista inteiramente nova. Em sua

[7] Não há a intenção, aqui, de discutir se estes autores são realmente construtivistas, ou os critérios que o autor utilizou para assim classifica-los. Como estamos expondo a visão de Ruggie, este parágrafo reproduz a lista de autores considerados pelo autor enquanto representantes da abordagem construtivista na vertente neo-clássica.

base, não é mais necessário escolher entre tipos de ação e ordem social caracterizadas como "insider" e "outsider" – não porque a ciência social é feita para "rivalizar" com as ciências naturais, como era na perspectiva do velho "monismo naturalista", mas porque, para começar, há pouca diferença em suas respectivas ontologias (RUGGIE, 1998, p. 882).

A investigação científica tanto do mundo material como do mundo social lida amplamente com fatos "não-observáveis", sejam eles partes da estrutura internacional, e na maior parte do tempo, até aspectos intersubjetivos da vida social, eles existem independente do estado mental dos indivíduos que os constituem. Ruggie (1998, p. 882) chama esta versão de "construtivismo naturalístico".

Versões do Construtivismo na Visão de Katzenstein, Keohane e Krasner

Dentre os autores que buscaram traçar as principais diferenças entre versões do construtivismo utilizados como objeto de análise deste breve estudo, trataremos agora de um grupo de estudiosos importantes para o estudo das Relações Internacionais.

Peter J. Katzenstein, Robert O. Keohane, e Stephen D. Krasner, no artigo conjunto, intulado *International Organization and the Study of World Politics*, de 1998, além de perceber a diversidade dentro do construtivismo, esforaram-se em crier, também, uma classificação para auxiliar o entendimento (e identificação), de versões da referida abordagem.

Segundo os autores (1998, p. 675), há um corpo crescente de trabalhos em relações internacionais e em estudos de segurança, mas, significativamente, ainda não em IPE que é auto-consciente na condução de pesquisas empíricas a partir de uma perspectiva construtivista. Trabalhos sociológicos se dividem em três grandes grupos: convencional, crítico e pós-moderno.

Eles escolheram estas três categorias pelos propósitos heurísticos (1998, p. 675, em nota de rodapé) e com plena consciência, segundo os próprios autores, de que existem diferenças consideráveis dentro de cada um desses três grupos. As fronteiras entre esses grupos são porosas e os acadêmicos podem mudar de posições em diferentes

publicações. Suas discussões são influenciadas por Price e Reus-Smit (1998) e por Hopf (1998)[8].

Construtivistas convencionais insistem que as perspectives sociológicas oferecem uma orientação teórica geral e programas específicos de pesquisa podem complementar o racionalismo ou rivalizar com ele.

Nesta visão, um completo entendimento de preferências requer uma análise dos processos sociais nos quais envolvem normas e as identidades são constituídas. Desde que enfatizam como estruturas normativas ou ideacionais constituem agentes e seus interesses, construtivistas convencionais diferem nitidamente de racionalistas em questões de ontologia (KATZENSTEIN *et al*, 1998, 675).

Além do mais, construtivistas insistem que agentes e estruturas são mutuamente constituídos e também esperam dar à ciência social uma concepção mais dinâmica de mudança das estruturas do sistema. Em matérias de epistemologia e metodologia, no entanto, não há grandes diferenças separem construtivistas convencionais dos racionalistas (1998, p. 675).

Por outro lado, os **construtivistas críticos**, ao rejeitarem concepções racionalistas da natureza humana, concordam com construtivistas convencionais em matéria de ontologia. Como os construtivistas convencionais, eles estão interessados em como os atores e sistemas são constituídos e influenciam um na evolução do outro.

Seus programas de pesquisa focam em questões de identidade que incluem, além de nacionalismo, temas como raça, etnia, religião e sexualidade. Construtivistas críticos também aceitam a possibilidade de um conhecimento social científico baseado na pesquisa empírica. Eles são, no entanto, profundamente céticos a respeito da possibilidade de formular leis gerais, e são pluralistas sobre metodologias apropriadas de pesquisa (KATZENSTEIN *et al*, 1998, 676-677).

De acordo com os autores em estudo, arranjos institucionais, normas e identidades são imersas em contextos históricos específicos que podem variar tão acentuadamente que podem ser apenas investigados através de uma abordagem ideográfica em vez de nomotética. A ênfase é colocada em um estudo detalhado de textos para entender os sistemas simbólicos que governam os discursos dos atores, em vez de uma análise de um grande número de casos.

[8] Os próprios autores reconhecem que foram influenciados pelos autores citados.

Em termos de resultados, construtivistas críticos insistem que os trabalhos dos estudiosos têm consequências normativas: entendem seu projeto, não simplesmente como reveladores de relações que existem independentemente do investigador, mas também como um projeto detentor de potencial para alterar essas relações entre eles (1998, p. 677).

Racionalistas podem ver o construtivismo crítico como muito próximo aos **construtivistas pós-modernos**. Esta seria, ainda conforme os autores (1998, p. 677), uma impressão errada. O que distingue os construtivistas críticos dos pós-modernos não é o foco compartilhado no discurso, mas no reconhecimento pelos construtivistas críticos da possibilidade de uma ciência social e uma vontade de se envolver abertamente no debate acadêmico com o racionalismo.

Construtivistas pós-modernos[9] insistem que não há base firme para qualquer conhecimento (1998, p. 677). Desde que não há posição livres de julgamentos científicos ou éticos, a análise pós-moderna é restrita à tarefa de desmascarar as relações de poder que são camufladas em todas as construções de conhecimento (incluindo a sua própria visão), e todas as formas de racionalidade comunicativa. Através de uma análise cuidadosa da linguagem, o pós-modernismo chama nossa atenção para a instabilidade inerente de toda ordem política e simbólica.

Segundo esta vertente, a partir da perspectiva que indivíduos apenas entendem o mundo através da linguagem, e controle da linguagem implica poder, apresentações lingüísticas são sempre abertas a processos cognitivos e políticos de desestabilização. Análises pós-modernas buscam estas fontes de possíveis instabilidades. Interessa-se em desconstruir o discurso estabelecido, incluindo seu próprio discurso, prestando atenção ao que é marginal ou silencioso (1998, p. 677).

Para esta versão do construtivismo, realidade seria uma criação de categorias analíticas e ideológicas, através das quais a teoria percebe o mundo e em nome do qual exercita um poder coercitivo que impossibilita a emergência de uma racionalidade comunicativa (1998, p. 678).

---

[9] Importa aqui destacar que o pós-modernismo é considerado uma abordagem diferente do construtivismo no âmbito do estudo teórico das Relações Internacionais. Quando os autores falam em "construtivismo pós-moderno", poderíamos considerar que tratam daqueles construtivistas, assim identificados pelos autores, que estariam mais próximos desta visão, do que um "construtivista positivista/racionalista", por exemplo. O que os autores em análise consideram como "construtivismo pós-moderno", pode ser classificado por outros (como João Pontes Nogueira e Nizar Messari [2005, p. 187-218], por exemplo) simplesmente como "pós-modernos", sem associa-los tão diretamente ao construtivismo.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho não era classificar cada um dos autores que se autodenominam ou que são denominados de construtivistas em versões diversas. Na verdade, este seria um trabalho de análise cuidadosa de uma ampla gama de autores, com os mais diversos estilos, e que não caberia neste breve estudo.

A intenção, aqui, foi reafirmar o construtivismo não como um corpo teórico unitário e coeso (sequer podemos dizer que chega a algo próximo), mas como uma abordagem de relações internacionais que embora apresente um conjunto de pressupostos básicos, é plural em suas vertentes, abrangendo desde visões divergentes em termos epistemológicos até em aspectos metodológicos, desde versões mais aproximadas a uma visão positivista, até as mais críticas.

Como não tratamos de autores em sua individualidade, optou-se por fazer uma análise, embora ainda com caráter revisional, das diferenças entre as visões daqueles que tentaram, em algum momento, classificar os vários tipos de construtivismo.

Concluímos que alguns autores, ao perceberem a ampla variedade de enfoques, buscaram sistematizar algumas versões do construtivismo, de modo, inclusive, a facilitar a análise de fenômenos internacionais com base no construtivismo, de modo a chamar a atenção para o fato de ao falarmos em "construtivismo", é importante que tenhamos em mente a versão específica a qual nos referimos.

É bem verdade que cada autor aqui considerado nomeou livremente cada uma das versões que livremente observou, baseados em critérios diversos: Adler, aparentemente primando pela praticidade, dividiu o construtivismo nas formas modernista, pós-modernista, de conhecimento narrativo e a versão baseada em regras; Ruggie, a partir de critérios que o próprio denominou de "mais filosóficos", identificou as vertentes neoclássica, pós-moderna e naturalista; e, por fim, Katzenstein, Keohane e Krasner demonstraram a existência de versões convencional, crítica e pós-moderna.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo fazer uma breve análise da incorporação e desenvolvimento da abordagem construtivista nas Relações Internacionais, principalmente a partir da década de 1990, em algumas de suas formas e categorias. Partimos do pressuposto de que o construtivismo não é uma corrente homogênea, pelo contrário: pode-se identificar várias versões desse modelo de raciocínio, ainda que partam de pressupostos básicos. Buscamos fazer uma análise das variadas tentativas de categorização do construtivismo a partir de três visões: as formas modernista, pós-modernista, de conhecimento narrativo e a versão baseada em regras, na visão de Emanuel Adler; as vertentes neoclássica, pós-moderna e naturalista, no entendimento de John Ruggie; além das versões convencional, crítica e pós-moderna, destacadas em conjunto por Katzenstein, Keohane e Krasner.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Construtivismo; Versões.

ABSTRACT

The aim of this study if to briefly analyze the incorporation and development of the constructivist approach of the International Relations. Specially from the 1990's on, in some of its forms and categories. We assume that constructivism is not a homogeneous chain, on the contrary: We can identify many versions of this model of reasoning, even if they consider some basic assumptions. We intend to analyze of many attempts to categorize constructivism from three different visions: the modernist, post-modernist, narrative knowledge, and the version based on rules/norms; Ruggie understands that the versions of constructivism are the neo-classical, postmodernist and naturalistic ones; Katzenstein, Keohane and Krasner indicate that constructivism has got the conventional, critical and postmodernist versions.

Key words: International Relations; Constructivism; versions.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova*, n. 47, p. 201-246, 1999.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise* – 1919-1939. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2001.

DOUGHERTY, James & PFALTZGRAFF, Robert. *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.

FIERKE, K.; JORGENSEN, E. K. (eds.) *Constructing International Relations: the next generation*. New York: M.E.Sharpe, 2001.

FINNEMORE, M. e SIKKINK, K, "Taking Stock: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics". *Annual Review of Political Science*, 4. p.392-416, 2001.

HOPF, T. "The promisse of constructivism in International Relations theory". *International Security,* v. 23, n.1, p.171-200, 1998.

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2007.

Katzenstein, P. J.; Keohane, R. O.; Krasner, S. "International Organization and the study of World Politics". *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 645-685, 1998.

KEOHANE, R. "International Institutions: Two Approaches". *Internacional Studies Quaterly,* v. 32. n. 4, p. 379, 396, 1988.

KRATOCHWIL, F. *Rules, norms, and decisions*: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

LAPID, Y. "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in Post-Positivist Era". *International Studies Quaterly*, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LYNCH, Cecelia & KLOTZ, Audie. *Constructivism: Past Agendas and Future Directions*. Paper presented in The Annual Meeting of the American Political Science Association. San Francisco, 1996.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais*: correntes e debates. RJ: Elsevier, 2005.

ONUF, N. *World of our making*: rules and rule in social theory and International Relations. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

RUGGIE, J. G. "What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge". *International Organization*, Vol 52, No. 4. International Organization at Fifty: Exploration and contestation in the study of world politics. (1998):855-885.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SMITH, S. Foreign policy is what states make of it. In: KUBÁLKOVÁ, V (ed.) *Foreign policy in a constructed world*. New York: M.E.Sharpe, 2001, p. 38-76.

TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations*. New York. Columbia University Press, 1992.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. IN: VIOTTI, Paul. KAUPPI, Mark. *Intrenational Relations Theory*. p. 434-458.

_____. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=s2xjEd0ww2sC&dq=Social+Theory+of+International+Politics&printsec=frontcover&source=bn&hl=pt-BR&ei=gmnKS920CcGLuAfL1_mIBQ&sa=X&oi=book_result&ct=result#v=onepage&q&f=false Último acesso: 09/04/2010.

ZEHFUSS, Maja. "Constructivism in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwil", in Karin Fierke e Knud Erik Jorgensen (eds), *Constructing International Relations. The Next Generation*, M.E. Sharpe, New York/London. 2001. p. 54-75